

Trabalho e subjetividade¹

Tania Mara Galli Fonseca²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

O presente artigo analisa a pluralização do trabalho e dos modos de organizá-lo. Enfoca articulações entre reestruturação produtiva e reestruturação subjetiva, apontando para importantes mudanças nos sujeitos-trabalhadores, no processo produtivo e na gestão dos mesmos. A categoria subjetividade é introduzida como uma articulação possível com a categoria trabalho porque é aqui circunscrita enquanto um efeito das múltiplas rupturas desencadeadas nos movimentos e processos de

Abstract

This article analyses the pluralization of work and the ways of its organization. The paper focuses on the articulations of productive and subjective restructuring, pointing at the important changes that the subjects-workers undergo during the production process and its management. "Subjectivity" is presented as a category that may be articulated with the "work" category, considering that the first is hereby described as an effect of the multiple ruptures that occur within the movements and processes which

¹ *Work and subjectivity.*

² Professora do Instituto de Psicologia da UFRGS.

flexibilização do capital, a saber: rupturas nos eixos econômico-produtivo, cultural, político e simbólico.

turn the capital flexible, that means, ruptures in the economically productive, cultural, political, and symbolic axes.

Palavras-chaves: trabalho, subjetividade, reestruturação produtiva.

Keywords: work; subjectivity; productive restructuring.

Os modos de trabalhar territorializados e territorializantes encontram-se, no momento atual, em convulsão, como de resto outros aspectos da vida em sociedade. A globalização e a internacionalização do capital, associadas ao incremento da ideologia neoliberal, meritocrática e individualista, têm produzido um paradigma de relações sociais marcado pela conflitualidade, pelas desigualdades, pelo modelo homogenizador do capital, cuja lógica molar e supra-codificante se estende aos campos da cultura e do cotidiano dos diferentes grupos sociais. Pode-se mesmo reconhecer que a contemporaneidade se constitui como um tempo social marcado pelas incertezas, desestabilizado em relação a modelos identitários, descentrado em relação à lógica arborescente, piramidal e hierárquica. Por força de um plano de exterioridades em movimento, tudo pode acontecer, não se encontrando nada decidido a priori. Trata-se de um momento ao mesmo tempo de agonia e de criação. Navegar nestes fluxos moventes, deixar-se afetar por estas intensidades desterritorializantes, ver-se desalojado/a das certezas e das lógicas que as criaram, revela-se como uma experiência de agenciamento de escolhas que, dentro do possível e dos limites colocados a qualquer ato eletivo, pode-se dizer tratar-se de um desafio de existir no limite intervalar, no entre do que foi e do que está por vir.

Neste momento de globalização e de fragmentação do social, de indeterminações próprias dos tempos de mudança, em que se assiste o fim de algo e o início de outro, em que, juntamente com outros aspectos da vida social, expressa-se, no mundo do trabalho, talvez a face mais espetacular desta chamada revolução, gerada pela introdução de novas tecnologias, não só do âmbito de equipamentos informatizados como nos dos

até 50, entre 51 e 65 e entre 66 e 80). Além disso, foram calculados as médias e desvios-padrões para cada escala, com a finalidade de estabelecer referências padronizadas para a sua utilização em grupos de pacientes com dor.

Optamos por organizar os resultados percentuais em três grandes grupos pelas seguintes razões: na amostra americana do SCL-90-R, o percentil 50 é a média dos resultados e o desvio padrão é 14.6; o segundo grupo (percentis entre 51 e 65) estaria a um desvio padrão da média e o terceiro grupo (percentis entre 66 e 80) a dois desvios padrões da média. Além disso, na prática clínica, observamos que pacientes com escores menores que 50 não apresentam alterações emocionais, pacientes com resultados entre 51 e 65 apresentam alterações emocionais leves, enquanto que pacientes com resultados entre 66 e 80 apresentam distúrbios psicológicos significativos.

A tabela 1 compara as médias e desvio padrão nas três escalas das populações norte-americana e brasileira.

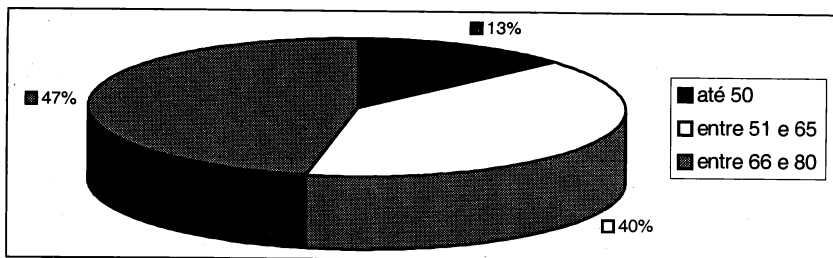
Tabela 1

Distribuição das médias e desvio-padrão na população estudada no Brasil e norte-americana nas três escalas.

Escala	Média		Desvio-padrão	
	Brasil	- E.U.A	Brasil	- E.U.A
Ansiedade	64.4	50.0	9.1	14.7
Depressão	65.2	50.0	8.7	14.7
Somatização	64.9	50.0	9.2	14.7

Gráfico 1

Distribuição dos resultados em percentuais da escala ansiedade nos três grandes grupos

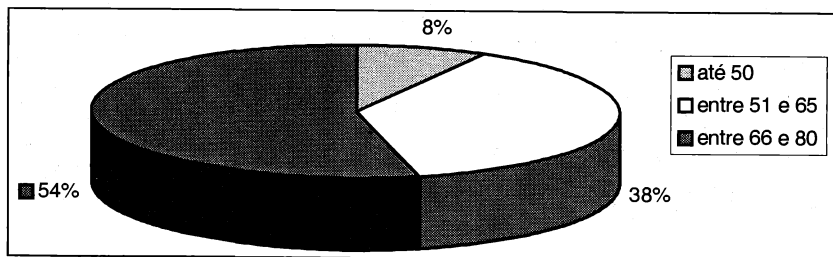


Fonte: Pesquisa realizada no Núcleo de Intervenção e Diagnóstico por Imagem – NIDI.

A distribuição dos resultados em percentuais demonstra que aproximadamente metade da população estudada apresentou resultados significativamente altos no que se refere a presença do sintoma ansiedade, segundo o auto-inventário SCL-90-R.

Gráfico 2

Distribuição dos resultados em percentuais da escala depressão nos três grandes grupos



Fonte: Pesquisa realizada no Núcleo de Intervenção e Diagnóstico por Imagem – NIDI.

A análise da distribuição dos resultados em percentis da escala depressão mostra resultados significativamente altos no que se refere a presença do sintoma depressão. O que sugere uma forte associação entre a sintomatologia orgânica e depressão nesta população.

2000 às 16h39min de <<http://www.ucs.tche.br/carla/projeto.html>> 1997.

Trabalho e subjetividade¹

*Tania Mara Galli Fonseca*²

Universidade Federal do Rio
Grande do Sul

Palavras-chaves: trabalho, subje-
tividade, reestruturação produtiva.

Resumo

O presente artigo analisa a pluralização do trabalho e dos modos de organizá-lo. Enfoca articulações entre reestruturação produtiva e reestruturação subjetiva, apontando para importantes mudanças nos sujeitos-trabalhadores, no processo produtivo e na gestão dos mesmos. A categoria subjetividade é introduzida como uma articulação possível com a categoria trabalho

Abstract

This article analyses the pluralization of work and the ways of its organization. The paper focuses on the articulations of productive and subjective restructuring, pointing at the important changes that the subjects-workers undergo during the production process and its management. "Subjectivity" is presented as a category that may be articulated with the "work" category, conside-

¹ *Work and subjectivity.*

² Professora do Instituto de Psicologia da UFRGS.

porque é aqui circunscrita enquanto um efeito das múltiplas rupturas desencadeadas nos movimentos e processos de flexibilização do capital, a saber: rupturas nos eixos econômico-produtivo, cultural, político e simbólico.

ring that the first is hereby described as an effect of the multiple ruptures that occur within the movements and processes which turn the capital flexible, that means, ruptures in the economically productive, cultural, political, and symbolic axes.

Keywords: work; subjectivity; productive restructuring.

Os modos de trabalhar territorializados e territorializantes encontram-se, no momento atual, em convulsão, como de resto outros aspectos da vida em sociedade. A globalização e a internacionalização do capital, associadas ao incremento da ideologia neoliberal, meritocrática e individualista, têm produzido um paradigma de relações sociais marcado pela conflitualidade, pelas desigualdades, pelo modelo homogenizador do capital, cuja lógica molar e supra-codificante se estende aos campos da cultura e do cotidiano dos diferentes grupos sociais. Pode-se mesmo reconhecer que a contemporaneidade se constitui como um tempo social marcado pelas incertezas, desestabilizado em relação a modelos identitários, descentrado em relação à lógica arborescente, piramidal e hierárquica. Por força de um plano de exterioridades em movimento, tudo pode acontecer, não se encontrando nada decidido a priori. Trata-se de um momento ao mesmo tempo de agonia e de criação. Navegar nestes fluxos moventes, deixar-se afetar por estas intensidades desterritorializantes, ver-se desalojado/a das certezas e das lógicas que as criaram, revela-se como uma experiência de agenciamento de escolhas que, dentro do possível e dos limites colocados a qualquer ato eletivo, pode-se dizer tratar-se de um desafio de existir no limite intervalar, no entre do que foi e do que está por vir.

Neste momento de globalização e de fragmentação do social, de indeterminações próprias dos tempos de mudança, em que se assiste o fim de algo e o início de outro, em que, juntamente com outros aspectos da vida social, expressa-se, no mundo do trabalho, talvez a face mais espetacular desta chamada revolução, gerada pela introdução de novas tecnologias, não só do âmbito de equipamentos informatizados como nos dos

modelos de gerenciamento de recursos materiais e da força de trabalho.

Inúmeros são os exemplos da devastação social - individual e coletiva - que os novos modelos de trabalhar têm engendrado em âmbito mundial. A lógica do mercado que, hoje, preside a gestão do trabalho, tem forçado a elevação dos níveis competitivos em todas as escalas imagináveis, ou seja, desde o confronto entre nações ao confronto entre trabalhadores. A dinâmica social, até suas mais sutis ramificações e terminalidades, mostra-se impulsionada pelas tensões dos confrontos entre global e local, entre controle e contrato, entre heteronomia e autonomia, entre o uno e o múltiplo, entre estrutura e ação. A contemporaneidade se mostra caracterizada pelas tensões entre as forças de totalização e homogeneização do capital e as forças de singularização dos modos de viver em sociedade, revelando-se como um tempo social que apresenta novas figuras do caos. Tais figuras são, na verdade, constituídas por um emaranhado de linhas - virtualidades/potencialidades/devires - que necessitam de agenciamento e dos gestos humanos para se atualizarem e virem-a-ser.

A gestão do trabalho, neste caso, evidencia-se como um importante campo de ação, tanto para gestores quanto para trabalhadores, no sentido da constituição de novos territórios existenciais no mundo do trabalho, que correspondam à invenção de modos de subjetivar congruentes com valores de uma sociedade democrática e de direitos. Seria difícil avaliar os efeitos de uma possível perda desta inigualável oportunidade de analisar o próprio processo de trabalho como um dos indispensáveis elementos à constituição de uma sociedade regida pela justiça social e pela igualdade de direitos. Seria impossível saber a intensidade do prejuízo de se perder esta oportunidade de análise psicossocial do mundo do trabalho, desde a perspectiva que deve pretender colocar gestores e trabalhadores em posições diferenciadas, mas nem por isso forçadas no autoritarismo gerencial e burocrático.

Dizer *modos de trabalhar* implica no reconhecimento de uma pluralização do trabalho e de diferenciações nos próprios modos de organizá-lo. Não se trata, aqui, somente de estabelecer distinções entre setores da economia contemplados na extensa divisão social do trabalho. Sabe-se que a complexificação das sociedades levou - e tem levado - a uma crescente especialização das atividades produtivas, decorrendo daí não apenas a segmentação de mercados como também a da própria força de trabalho a elas vinculada. Considera-se que a especialização técnica tem definido e consolidado distinções no mundo do trabalho e

dos/as trabalhadores/as.

As profundas modificações na ordem social mundial são consideradas como possibilidades, na atualidade, da passagem de um nível societário a outro, qualificado desta vez pelos cânones da informação e do conhecimento. O advento de novos modos de comunicação, de produção e de controle social implicam-se, sem dúvida, também nos processos de reestruturação produtiva e de gestão do trabalho, podendo-se mesmo reconhecer que, mais uma vez, o capital mundial capitaneia uma importante ruptura não apenas no nível econômico-produtivo das sociedades, mas que inclui seus eixos cultural, político e simbólico.

A internacionalização do capital e a acentuação da queda de fronteiras nacionais, as possibilidades de conexões informativas, em tempo real, a nível planetário, as novas concepções de flexibilidade na capacitação para o trabalho, evidenciam que as sociedades modernas são, por definição, sociedades de mudança constante e rápida. Autores como Anthony Giddens (1995) e David Harvey (1989: apud Stuart Hall, 1992) são capazes de evidenciar que o ritmo da mudança e o escopo da mesma atingem a natureza das instituições modernas, caracterizando o que pode ser chamado de *desalojamento do sistema social*. Os modos de vida colocados em ação pela modernidade (tardia) devem ser reconhecidos em dois níveis: tanto o de extensão quanto o de intensidade.

No plano da extensão, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos de intensidade, elas alteraram algumas das características mais íntimas e pessoais de nossa existência cotidiana (GIDDENS, apud: Stuart Hall, 1992:26).

No plano da organização do trabalho e da produção, mudanças empregadas pelas empresas - indústrias, de bens de capital e de serviços - indicam a emergência de um reordenamento dos processos produtivos a partir de uma base tecnológica bem delimitada em seus perfis e em suas tendências de localização e ocupação, para uma outra, bem menos definida, mais planetária, alicerçada nas redes cibernéticas.

Configura-se e consolida-se, rapidamente, um redirecionamento dos mercados, dos produtos, dos consumos e do consumidor e, mais estruturalmente, da produção e seus padrões histórica e socialmente traçados (RIBEIRO, F. S. N. e VASCONCELOS, L. C. F. 1996:21).

Surgido do esgotamento do modelo de acumulação fordista, o emergente modelo está longe de indicar, contudo, o esgotamento do capitalismo e do capital, revelando-se como potencializador de novas e mais sofisticadas formas de acumulação.

Deve-se esclarecer aqui, que o fato de se verificarem metamorfoses nas formas como o capital interpela o trabalho e nas formas como internacionaliza seu fluxo, não quer significar o reconhecimento de mudanças em sua lógica de acumulativa e distributiva. Assim, concorda-se com Luciano Zajdsnajder (1995:47) para quem *o capitalismo é o mercado e mais do que mercado é capital com suas exigências de investimento e expansão*. Para o autor, a essência do capitalismo não se modifica e

a força da expansão do capital não poderá jamais deixar de ser o seu elemento essencial. O que tem variado é a forma desta expansão e os aspectos da realidade humana e social que lhe tem servido de caminho (ZAJDSNAJDER, 1995).

Uma vez que se reconheça a histórica periodização do capitalismo, trata-se de igualmente reconhecer que o capitalismo que hoje se desenha encontra-se longe daquele que predominou nos primórdios da Idade Moderna. Como uma organização de exploração humana, o capitalismo contemporâneo tem produzido, tanto nas fábricas quanto nos escritórios um forte processo de transformação, realizando provavelmente a segunda revolução neste século. A primeira tomou a forma de gigantescas burocracias que constituíram o modelo da grande empresa. Entretanto,

a conjugação da intensificação da competição com a disponibilidade dos meios de comunicação que a informática forneceu, permitiu o aparecimento de uma nova forma de organização empresarial, que, por seu turno não se apresenta de modo único. Podemos dizer que a sua essência é a sua variabilidade, a falta de uma estrutura permanente e até de uma identidade (ZAJDSNAJDER, 1995:48).

Assiste-se, hoje, o aparecimento de uma organização que se quer minimamente burocrática e que procura dispor de um número mínimo de camadas hierárquicas. O novo paradigma produtivo influencia, outrossim, a própria idéia de emprego e carreira em local fixo, privilegiando a concepção de um espaço ao qual trabalhadores/as superespecializados (as) e temporários/as vinculam-se para logo se desvincular. Assiste-se ao surgimento de uma organização não fixada em referências identitárias imutáveis e que se relaciona com os/as trabalhadores/as de forma abso-

lutamente ambivalente. De uma parte, valoriza-os/as em termos de suas capacidades de empreendimento e criatividade e, de outra, não se mostra mais comprometida com seus recursos humanos, fornecendo-lhes garantia de estabilidade, ascensão funcional e proteção.

Estas, dentre tantas outras, são algumas das faces do novo capitalismo, que, como se vê, concentra-se não mais na questão do trabalho propriamente dito, e sim, na gestão da própria produção. A experiência de dissolução dos padrões que tradicionalmente estruturaram a sociedade do trabalho leva a considerar que mais do que transformações, do modo capitalista de trabalhar/produzir, estamos falando de transformações sócio-culturais, econômicas e tecnológicas que podem ser englobadas como práticas de uma modernidade tardia, apontando para a Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, com profundos efeitos na ordem social das nações e dos cidadãos. Para Jorge Mattoso (1995:65),

este novo padrão que emerge no cenário mundial a partir da crise dos anos 60/70 e que explode em sua complexidade nos anos 80, tem sua base material nos planos produtivo, tecnológico e da organização industrial, embora supere em muito o alcance de seus efeitos e conseqüências, os limites industriais, redefinindo lenta e progressivamente o conjunto da estrutura econômica e da organização do trabalho.

O novo paradigma de produção tem na automação integrada e flexível um dos seus principais elementos que traz em seu bojo não só uma organização empresarial capaz de aprender e ajustar-se às necessidades oligopolistas de competir em qualidade e diferenciação de produtos, mas também a necessidade de:

Um novo tipo de trabalhador, que valorizaria seu conhecimento técnico individual e, mais polivalente, seria capaz de interagir criativamente com o novo processo de trabalho (MATTOSO, 1995:68).

Esta é, no entanto, apenas uma das faces do processo de profunda transformação do mundo do trabalho, podendo-se apontar para além da ruptura do anterior paradigma industrial e tecnológico, o questionamento, a fratura ou mesmo a ruptura do compromisso social e das relações econômicas, sociais e políticas até então vigentes. O capital reestruturado apresenta tendências transformativas que parecem golpear o trabalho organizado, que, na retranca, sofre mutações e perde parte de seu poder político e de representação. Estudos, como os organizados e/ou realiza-

dos por Eduardo Davel e João Vasconcelos (1995), Celso Ferretti e outros (1994), Marcia de Paula Leite (1994), Nády Araújo de Castro (1995/1996), Ricardo Antunes (1995), Henrique Rattner (1988) e Benjamin Coriat (1989) abordam, sob diversos ângulos (histórico, econômico, sociológico, antropológico, psicológico e ético), o surgimento deste emergente modo de regulação social do qual emergem efeitos desestabilizadores e des-territorializantes tanto para as estruturas sociais objetivas como para as estruturas cognitivas/subjetivas. As mudanças que estão ocorrendo e sendo propostas alterariam o âmago do processo produtivo e o trabalho diretamente envolvido na produção:

criando novas mas restritas relações de trabalho, mas também acentuando as características de exclusão econômica e social do sistema capitalista e recriando condições aparentemente superadas durante os anos dourados do pós-guerra. Estas alterações irão afetar o conjunto do mundo do trabalho: suas relações no interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho (MATTOSO, 1995:70).

Em suas metamorfoses, o processo de reestruturação produtiva encontra suas bases no ajuste estrutural e na flexibilização do trabalho e supõe a submissão da alocação dos recursos e dos resultados econômicos ao mercado, bem como a eliminação de regulações governamentais protetoras que supostamente engessariam o mercado de trabalho, elevariam os custos e minariam a competitividade. Para MATTOSO (1995:70).

Seu objetivo (é): reduzir custos empresariais, acelerar a mobilidade/flexibilidade do trabalho entre setores, regiões, empresas e postos de trabalho, eliminar a rigidez resultante da atividade sindical e das regulações trabalhistas além de possibilitar, então, o propugnado ajuste de preços relativos.

De suas premissas regulatórias, a primeira seria o desprendimento lógico e funcional dos requisitos tecnológicos e neste sentido, apontaria para a figura de um novo trabalhador, mais escolarizado, participativo e polivalente (em contraposição aos trabalhadores fordistas: especializados, parcelizados e desqualificados) e até mesmo dotado de uma revalorização da ética e da utopia do trabalho. Para autores que privilegiam o potencial “humanizado” das novas tecnologias (MATTOSO, 1995:71):

já se verificaria (...) a formação de um novo paradigma que em contraposição ao 'ultrapassado sistema de produção de massa', estaria vendo o nascimento do trabalhador completo, precursor do fim da divisão do trabalho ou uma verdadeira 'revolução nos processos de trabalho.

Para outros, como Márcia Leite (1994), o novo paradigma pode vir acompanhado de um conjunto de impactos sobre o trabalho e que apontam mais no sentido de sua precarização do que do seu enriquecimento. Fala-se, aqui, da:

crescente massa de trabalhadores que perde seus antigos direitos e, que não se inserindo de forma competitiva no novo paradigma tecnológico, torna-se desempregada, marginalizada ou trabalha sob novas formas de trabalho e de qualificação em relações muitas vezes precárias e não-padronizadas (MATTOSO, 1995).

Tais fatores podem ser caracterizados como uma verdadeira *desordem do trabalho*, visto que evidenciam a redução dos níveis de segurança do trabalho sem ainda a existência de uma plena configuração de uma nova relação salarial e de padrão de consumo compatíveis com o salto executado. A expansão da insegurança do trabalho se daria tanto no nível do mercado de trabalho, quanto no emprego, na renda, na contratação e na representação do trabalho.

Ao se registrar aqui algumas características de uma nova revolução industriais devem-se reconhecer que, no caso brasileiro, o Estado de Bem-estar - característico do modo fordista de regulação -, foi apenas um simulacro, plantando sempre a certeza de importações “capengas” (FERRETTI e outros, 1994) dos princípios estruturantes de modos de produção.

Diante de tal constatação, trata-se de perguntar, no quadro do atual reordenamento, quais seriam os efeitos sociais e subjetivos das atuais e emergentes relações entre “máquina e equilibrista” que, na feliz expressão do livro organizado por Nádyia Araújo de Castro (1995), são termos que qualificam a Máquina que “transformou o mundo” e o Equilibrista - que representa os/as trabalhadores/as - em meio às turbulências da reestruturação.

Longe de querer fazer subsumir tão abrangente discussão no âmago daquilo que pode, aos/às desavisados/as - soar como reducionismo ao psicológico, trata-se agora de argumentar conceitualmente a pertinência de se articular a (des)reestruturação produtiva com a (des)reestruturação subjetiva. Trata-se, enfim, de realizar uma tentativa de fazer participar e

contribuir a Psicologia Social na pesquisa e no estudo de tal problemática. A categoria subjetividade parece desta maneira contemplar uma riqueza de possibilidades para tal intento, podendo ser reconhecida como de grande utilidade para a consecução de análises psicossociais.

Alguns pontos tornam tal tarefa possível, sendo que destacaria, a princípio dois deles: um referente ao fato de se conceber como educativa a própria realidade material do mundo social e, o outro, relativo à idéia de não ser possível a noção de subjetividade/sujeito desvinculada dos processos sociais e históricos. A concepção que norteia a possibilidade de articulação entre modos de trabalhar e modos de subjetivar assenta-se, pois, na consideração da existência de uma intimidade - que é proposta e buscada -, entre estruturas objetivas e estruturas subjetivas. Longe de se adotar posições teóricas que venham ressaltar a autonomia da “objetividade” ou da “subjetividade”, quer-se tratá-las de forma conectada, sendo compreendidas como uma constituindo a outra, uma necessitando da outra como suporte e correspondente homóloga. Tal posicionamento indica, desta forma, uma atitude que rejeita a vazia e transbordante utilização das oposições binárias, adotando, portanto, uma aproximação que não se poderia denominar de objetivista e tampouco de subjetivista. Mundo e sujeito, público e privado, razão e afetos, trabalho e não-trabalho deixam de ser considerados como realidades isoladas e dotadas de autonomia para se referirem de forma recíproca e relacional, encontrando-se uma contida na outra. Da mesma forma, o reconhecimento da complexidade do mundo social e dos sujeitos leva a considerá-los (mundo e sujeitos) como efeitos complexos da interpenetração de múltiplos eixos estruturados e estruturantes, cujas alianças são capazes de identificar as faces dos diferentes poderes - social, econômico, simbólico, cultural -, que buscam sua concretização e (re)produção tanto na ordem societária como na ordem psíquica de seus agentes. Não contrapondo as relações de produção econômica às relações de produção subjetiva, pode-se pensar:

na produção de um tipo de trabalho ao mesmo tempo material e semiótico. Mas essa produção de competência no domínio do semiótico depende de sua confecção pelo campo social como um todo (...) (Felix Guattari e Suely Rolnik, 1986:27).

Para estes autores torna-se necessário que se considere *a produção de subjetividade como sendo a matéria-prima da evolução das forças produtivas (...), matéria-prima do próprio movimento que*

anima a crise do mundo atual (GUATTARI e ROLNIK, 1986:26) não sendo possível conceber que as mutações da subjetividade funcionem apenas no registro das ideologias e das representações cognitivas. A subjetividade lateja no coração dos sujeitos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular com o tecido urbano, com os processos de trabalho, com a ordem social suporte das forças produtivas. Ela não pode ser definida como um *être-là*, como uma instância do domínio de uma suposta natureza humana. Ela se mostra como efeito de variadas *máquinas de subjetivação* que operam como dispositivos de agenciamentos coletivos, estruturantes de lógicas capazes não só de se consolidarem como sistema de idéias, mas também de esculturar corpos, gestos e desejos. Mais do que ao plano racional, a constituição da subjetividade pertence ao domínio do não-saber e da des-razão. Fundando-se nos obscuros caminhos do inconsciente, a subjetividade, antes de ser individual é coletiva, social e histórica e relaciona-se com o mundo que a gera tal como uma *fita de Moebius*, apresentando enervantes continuidades entre o fora e o dentro. Cultivada de forma tácita, a subjetividade constitui-se em uma espécie de processualidade constante e expressa-se como afetos, como diferentes expressões de como somos afetados pelo mundo. A subjetividade, nessa acepção, tem o sentido de *éthos* (que etimologicamente significa “abrigo”, “morada”) (Alfredo Naffah Neto, 1995:198).

Em outro trabalho refiro-me que: “em seu sentido mais básico, o conceito de subjetividade reporta-se a tudo aquilo que está alocado no sujeito humano, por contraste às condições externas de existência, que precedem a entrada do sujeito no mundo. É pela via da posição do sujeito no mundo que a sua subjetividade se constitui” (FONSECA, 1995:19).

Para ROLNIK e GUATTARI (1986), a subjetividade mostra-se fundamentalmente tributária do social, inscrevendo-se na ordem de sua produção, como fabricação e modelização. A noção de subjetividade, tomada desde tais referenciais, mostra-se como ruptura das noções de pessoa, indivíduo e personalidade, tidas, segundo o paradigma cartesiano, como unidades indecomponíveis e garantidoras da tradição do sujeito individuado como fonte primordial dos enunciados e das ações. A noção de subjetividade mostra-se como ruptura da crença de que tudo acontece segundo uma vontade globalizada num sujeito único e positivo. Ela permite ver entre o sujeito individuado e a realidade dominante, uma relação de domínio profundamente enraizada que se instala desde muito cedo na vida,

de onde um universo de significações está sendo “gestado” em prol de uma espécie de ilusionismo, em cujo centro repousa a idéia de sujeito fundador e originário (Michel Foucault, 1979; Eni Orlandi, 1993; Dominique Maingueneau, „).

O sujeito, portanto, não pode ser considerado como a origem das relações sociais, na medida em que toda experiência humana depende de precisas condições discursivas de possibilidade. O social e o sujeito constituem-se, pois, no terreno da impossibilidade seja de uma total exterioridade como de uma total interioridade. Subjetividade significa, pois, produção no registro do social e relação direta com a contingência sócio-histórica. Quer queira, quer não, o sujeito está ligado aos fluxos sociais, materiais e dos signos que o circundam, atravessam-no e o constituem. O sujeito está no mundo, o mundo está no sujeito. O indivíduo aparece como suporte para o consumo da subjetividade e esta é constituída numa economia de agenciamentos coletivos (MOURA, 1992).

Assim, considerada como efeito de práticas discursivas, a noção de subjetividade dissolve as premissas elementares do indivíduo uno, indiviso, totalizado e autônomo, produzindo o próprio desencantamento da imagem construída de homem. A idéia de subjetividades fixas, imutáveis, solidamente territorializadas encontra-se em declínio, evidenciando como fragmentado o sujeito até então considerado unificado. O sujeito torna-se, nas palavras de Stuart Hall (1992:3) *uma celebração móvel*, isto é, formado e transformado continuamente em relação às formas pelas quais é representado ou interpelado nos sistemas culturais que o rodeiam. Para o autor, sociólogo norte-americano, *se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora ‘narrativa do eu’*.

Ao se considerar, nos parágrafos anteriores, as transformações sociais emergentes neste final de século e, mais particularmente, aquelas relacionadas aos modos de trabalhar, trata-se de estabelecer relações deste constructo de subjetividade que elegemos com as mudanças sociais que implicam os sujeitos do/no trabalho.

Não se torna difícil avaliar a relevância de tal articulação, visto a rapidez e arbitrariedade com que tais mudanças têm se proposto aos sujeitos e podem levar-nos a perguntar se estamos assistindo a um movimento - dentre tantos do cotidiano - de desterritorialização dos “eus” que poderiam ser entendidos como potencializadores da reinvenção da exis-

tência, ou se as experiências de desestabilização e estranhamento impostas aos sujeitos do trabalho, além de provocarem o mal-estar inevitável (mas dotado, teoricamente, de potencial de superação e absorção) constituem-se em experiências traumáticas, invertidas em sua potencialidade criadora, desejante e produtora. Trata-se de verificar as novas formas utilizadas pelo capital no sentido de incluir/excluir e segmentar o conjunto dos/as trabalhadores/as, considerados/as como constrangidos/as às mudanças a respeito não apenas de suas formas tradicionais de trabalhar, como a respeito mesmo de suas possibilidades de manutenção/obtenção de emprego. Registra-se, outrossim, a importância que esta geração de trabalhadores/as atribui ao trabalho como sentido senão central, muito em suas biografias, podendo-se mesmo pensá-lo como um dos eixos fundamentais na estruturação de suas subjetividades.

Como efeitos corporificados da sociedade do trabalho, os/as trabalhadores/as de hoje, vêm-se radicalmente exigidos/as em seus atributos de *equilibristas* para fazer frente aos desafios desestruturantes da nova ordem do trabalho. Gestados em um mundo social que apelou e procurou educá-los/as (no sentido de socializá-los/as) para a adoção devotada de um desempenho de papéis de certa maneira tornado previsível e regular, mais voltado para a repetição e reprodução de tradicionais modos de existência, para a busca do estável e do idêntico, para o devotamento ao “destino”, os sujeitos da contemporaneidade vêm-se compelidos a abandonar sua *morada subjetiva* sob a ameaça de se verem excluídos e marginalizados do processo histórico. Sua subjetividade, sob forma unificada e racional, que se constituiu como suporte aos valores da modernidade, agora é sacudida como improdutiva, indesejável e superada.

Se os modos de trabalhar colocam-se como *máquinas de subjetivação* - não exclusivas mas importantes -, indagamos a respeito dos sentidos éticos que perpassam esta nova aculturação dos sujeitos, perguntando-nos a serviço de que propósitos se colocam as mudanças emergentes no mundo do trabalho.

As evidências que já disponibilizam dados empíricos engendrados no advento do reordenamento do mundo do trabalho, em escala mundial e local, conduzem a instigantes discussões a respeito tanto da instabilidade política e democrática passível de se ver deflagrada no âmbito das sociedades, como da ratificação de um modo de produção do humano ainda fundado nos mesmos valores políticos e éticos oriundos de regimes de verdade incentivados e cultivados pelo capital e por outras forças com poder de exclusão.

Se a libertação da necessidade do trabalho foi, em algum momento de nossa utopia, uma crença alentadora, hoje ela necessita ser questionada, visto que a atual ameaça de diminuição do trabalho vivo nos processos produtivos não tem gerado alívio e liberdade aos sujeitos do trabalho; ao contrário, tem-lhes imposto a ameaça, do que Robert Castel (1993) denomina de *desfiliação social*.

Do ponto de vista das políticas públicas referentes à questão do trabalho e de suas implicações com a vida social, observa-se, como refere José Mário Neves (2000),³ que o processo de globalização, além de produzir seus efeitos sobre o mundo do trabalho, também alterou significativamente a correlação de forças entre nações e, em cada nação, entre as diversas classes e grupos sociais. Seu impacto se faz sentir particularmente na crise por que passam os Estados nacionais, e, em especial, o Estado brasileiro. Em tal nova ordem, o Estado torna-se palco de uma disputa acirrada entre diferentes projetos, o que reposiciona a questão do Estado frente à mudança das estratégias de transformação social – onde temos a superação da estratégia revolucionária por uma estratégia institucional/democrática em luta com o projeto neoliberal. Neste quadro, não se torna difícil perceber que o próprio processo de gestão pública, e, em especial, o de gestão do trabalho e dos recursos humanos, inclui-se também como um campo de disputa, no qual se enfrentam diferentes propostas.

Desta forma, observa-se, nos diversos níveis governamentais, movimentos de Reforma Administrativa, que tomam a crise do Estado como uma crise de eficiência, concebida como uma consequência da “ineficiência estrutural” derivada da natureza pública da organização estatal e da especificidade de suas relações de trabalho. A privatização e a redução do “tamanho do Estado” são apresentadas como medidas centrais destes movimentos. Em decorrência, no campo das relações de trabalho, tal crise é entendida como resultante da falência gerencial do Estado, frente à qual trata-se de instituir políticas de gerenciamento “da iniciativa privada”, como a desregulamentação das relações de trabalho, a livre contratação e demissão, etc.

Se for verdade que esta é uma das faces da crise, evidente também é a constatação da escassez de experiências fundadas em um projeto político sustentado por uma base social diferente do anteriormente citado que, poder-se-ia, genericamente denominar de popular. Da mesma forma, consta-

³ Projeto de Dissertação “A produção da governabilidade na gestão do trabalho no serviço público”. Mestrado do PPGPSI/UFRGS.

ta-se que o movimento sindical, considerado como um dos elementos deste campo de disputa, tem se debatido com as enormes dificuldades – geradas, dentre outras causas, pela fragmentação do coletivo de trabalhadores - e, em decorrência, apresentam-se escassas suas iniciativas de resistência às transformações implementadas pela Reforma Administrativa.

A tendência privatizante e individualizante irrompe do próprio debate alimentado pela grande mídia no que diz respeito às críticas à prestação de serviços públicos e sua má qualidade se comparados aos de natureza privada. A tendência geral é a de qualificar o privado em detrimento do estatal é a de produzir o discurso contra o Estado para dar lugar à iniciativa privada, regida por regras concorrenciais do mercado.

Pesquisas recentes têm mostrado diversas faces de tal processo, cujos efeitos subjetivantes ainda estão muito longe de se situarem como positivos e reafirmadores dos trabalhadores. Da mesma forma, a fragmentação da força de trabalho, por motivo de sua movimentação, seja por demissões, seja por terceirizações, seja por requalificações e permanência no emprego, revela-se como uma das problemáticas de rompimento de laços coletivizantes a partir dos quais se produzia, até então, o movimento sindical dos trabalhadores.

Diversos indícios atestam que a disputa entre capital e trabalho é percorrida por tensões agudas tanto no que diz respeito à construção do consentimento frente à opressão e à exploração, quanto no que diz respeito à manifestação de resistências frente ao novo modelo. Os efeitos de tais tensões, muitas vezes surdas e não visibilizadas, manifestam-se de diversos modos no corpo e na mente dos sujeitos trabalhadores que, sob a aparência de uma livre escolha, se vêem coagidos a modos de trabalhar, especializados ao extremo na invisibilização de sua imanente violência.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 3 ed. São Paulo : Cortez, 1995.
- CASTEL, Robert. Da indigência, à exclusão, a desfiliação. *Saúdeloucura: Grupos e Coletivos*. São Paulo, n. 4, 1993.
- CASTRO, Nádyá Araújo de (Org.). *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995.
- _____. Reestruturação produtiva e relações industriais: desafios e interpreta-

- ções à luz do debate norte-americano atual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.11, n.31, p. 111-122, jun. 1996.
- CORIAT, Benjamin. *A revolução dos robôs: o impacto socioeconômico da automação*. São Paulo : Busca Vida, 1988.
- DAVEL, Eduardo; VASCONCELOS, João (Org.). *Recursos Humanos e subjetividade*. Petrópolis : Vozes, 1995.
- FERRETTI, Celso et al. *Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis : Vozes, 1994.
- FONSECA, Tania Mara Galli. Trabalho e subjetividade. *Educação, Subjetividade e Poder*, FACED/UFRGS : Ijuí, v. 2, n.2, p. 18-21, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro : Graal, 1979.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidad y identidad del yo: él yo y la sociedad en la época contemporánea*. Barcelona : Península, 1995.
- GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis : Vozes, 1986.
- HALL, Stuart. A questão da identidade cultural. In: _____; HELD, D. e MCGREW, T. (Orgs.). *Modernity and its futures*. Cambridge : Polity/Open University, 1992. Tradução: Guacira Lopes Louro e Tomaz Tadeu da Silva.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social*. 2 ed. São Paulo : Edições Loyola, 1993.
- LEITE, Márcia de Paula. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo : Escrita, 1994.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas : Unicamp, 1993.
- MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo : Escrita, 1995.
- MOURA, Antonio. A política do sujeito. *Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política*. Rio de Janeiro, v. 1, 1992.
- NAFFAH NETO, Alfredo. A subjetividade enquanto *êthos*. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, v. 3, n. 2, set./fev. 1995.
- NEVES, José Mário. A produção da governabilidade na gestão do trabalho no serviço público. Projeto de Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. UFRGS, 2000.
- ORLANDI, Eni P. (Org.). *Discurso fundador*. Campinas : Pontes, 1993.
- RATTNER, Henrique. *Impactos sociais da automação: o caso do Japão*. São Paulo : Nobel, 1988.
- RIBEIRO, Fátima Sueli N. e VASCONCELOS, Luiz Carlos F. Integração regional em Saúde do Trabalhador no contexto do Mercosul. In: Oficina de Trabalho: a saúde do trabalhador no contexto da globalização econômica do Cone Sul. (Anais...). Rio de Janeiro : Secretaria da Saúde do RJ, 1996.
- ZAJDNAJDER, Luciano. As ambigüidades do capitalismo e o juízo ético. In: DAVEL, Eduardo e VASCONCELOS, João (Org.). *"Recursos" Humanos e Subjetividade*. Petrópolis : Vozes, 1995.